

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO: uma análise das propostas para a educação básica do programa de governo de Roseana Sarney

Jhonatan Uelson Pereira Sousa
Universidade Federal do Maranhão
jhonatanalmada@yahoo.com.br

Francisca das Chagas Silva Lima
Universidade Federal do Maranhão
jhonatanalmada@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho analisa as propostas para a educação básica do programa de governo de Roseana Sarney, candidata vitoriosa nas eleições de 2010, à luz dos desafios identificados no âmbito de estudos e pesquisas de especialistas da área. Argumenta-se que essas propostas se configuram como espécie de “protoplanejamento” educacional assinalando as prioridades da futura política educacional. Evidencia-se a partir da comparação entre suas propostas e os desafios educacionais maranhenses contemporâneos, as quais estão aquém dos desafios identificados, bem como se depreende que a política e o planejamento educacional daí derivados estão sintonizados com as necessidades de valorização do capital.

Palavras-chave: Planejamento Educacional. Proplanejamento educacional; Programa de governo de Roseana Sarney.

1 INTRODUÇÃO

O término do processo eleitoral de 2010 e a posse dos eleitos de 2011 interessam aos educadores, sobretudo quanto à materialização dos discursos de campanha. É sabido que muitos dos candidatos, salvo engano a totalidade, tomaram a educação como centralidade dos seus programas de governo. Podemos considerar os programas de governo¹ como verdadeiros “protoplanejamentos” do que virá a ser feito nos diversos setores atualmente abrangidos pelas políticas públicas.

É importante situar-nos. Falamos de uma formação social específica, o Maranhão. E de uma determinada área de conhecimento, a educação. Portanto, nos interessa saber em que medida o programa de governo da candidata vitoriosa nas

eleições de 2010, especificamente as propostas para a educação, se coadunam aos principais desafios apontados por especialistas da área. O programa de governo a ser apreciado é o de Roseana Sarney (PMDB). Os especialistas são RAPOSO (2004), PALHANO (2008), OLIVEIRA (2008), PFLUEGER (2008) e COUTINHO (2010), pois na produção selecionada se propuseram a refletir sobre os aludidos desafios à política educacional do Estado do Maranhão.

A construção dessa análise foi estimulada pela afirmação de FAORO (2008, p. 37): “nós temos a tendência de não ler jornal, de não estudar os discursos, os escritos do político, de quem está no poder. A tendência que nós temos é achar que aquilo é realizado para efeito meramente eleitoral, não tendo maior significação”. Sendo assim, os programas de governo, em geral, secundarizados, podem nos dizer muito sobre como a política educacional está sendo pensada pelos políticos, consultando o que entendemos ser uma espécie de “protoplanejamento” educacional, isto é, as propostas para a educação elencadas no programa de governo, objeto da primeira parte deste trabalho. Logo em seguida, apresentamos os desafios apontados pelos especialistas, na segunda parte. A partir desse quadro, da exposição dessas proposições, nos voltamos à análise comparativa objetivando nos aproximar da resolução de nossa problemática, ou seja, saber se esses programas de governo estão sintonizados com os desafios educacionais identificados, objeto da última parte, evidenciando se o projeto de educação vitorioso nas eleições de 2010 (Roseana Sarney) está além ou aquém dos problemas educacionais contemporâneos.

É importante explicitar que nos respaldamos no referencial marxista na compreensão que temos do Estado (GRAMSCI, 1986; VIEIRA & ALBUQUERQUE, 2001), ou seja, o entendemos como expressão de formas contraditórias das relações de produção que se instalam na sociedade, como função ligada à lógica do capital, mas ao mesmo tempo como espaço de certa autonomia política, espaço de conflitos e disputa pela hegemonia (SHIROMA, 2007; COUTINHO, 2010a;).

Em face disso a educação, materializada na política e o planejamento educacional, emerge como resposta às necessidades de valorização do capital e, ao mesmo tempo, representa uma luta (necessidade) popular efetiva pelo acesso ao conhecimento produzido socialmente (historicamente). Entende-se ainda o planejamento como elemento de mediação entre a política e a administração educacional (AGUERRONDO, 1990), daí ele ser um processo, ao mesmo tempo, político e técnico.

2 “PROPLANEJAMENTO” EDUCACIONAL: as propostas para a educação no programa de governo de Roseana Sarney

A conjuntura política dos últimos 6 anos no Maranhão, deixa entrever dois movimentos no que tange aos agrupamentos políticos existentes e em disputa. Essa conjuntura, resultante inicialmente da ruptura (2003) do ex-governador José Reinaldo Carneiro Tavares com a oligarquia Sarney, foi reforçada pela vitória oposicionista nas eleições de 2006. A oposição representada pelo candidato Jackson Lago (Partido Democrático Trabalhista-PDT/MA) foi apoiada pelo ex-governador e ampla frente multipartidária denominada “Frente de Libertação”, numa espécie de reedição das tentativas anteriores de rupturas com o bloco no poder, tão característica de nossa formação política (REIS, 2007).

O grupo derrotado utilizou expediente de contestar na justiça eleitoral os resultados da eleição alegando compra de votos ou abuso do poder econômico. Em apoio a essa contestação judicial, manteve permanente campanha midiática sobre esse processo e contra todas as iniciativas governamentais. Ao cabo de dois anos, o Tribunal Superior Eleitoral-TSE cassa o mandato do governador Jackson Lago e o restitui a Roseana Sarney (Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB/MA), filha do Presidente do Senado Federal, José Sarney.

Esse quadro configura o entorno político da disputa nas eleições de 2010, no qual a oposição fragilizada pela retomada ao poder do grupo sarneista, apresentou as candidaturas de Flávio Dino (Partido Comunista do Brasil) e Jackson Lago (PDT), derrotados pela candidata Roseana Sarney (PMDB), vitoriosa por estreita maioria dos votos no primeiro turno do pleito, embalada pelo apoio massivo do presidente Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores-PT) e de sua candidata a sucessão presidencial, Dilma Roussef (PT), também vitoriosa nas eleições.

Inicialmente vamos traçar uma exposição resumida do programa de governo para depois abordarmos especificamente as proposições da área de educação.

A candidata vitoriosa e atual governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB) já exerceu três mandatos (1995-1998/1999-2001/2009-2010) e está em curso seu quarto mandato (2011-2014). Os impactos e implicações para o Maranhão dos dois primeiros mandatos, já foram analisados de forma macro por GUILHON (2001), BARBOSA (2006) e GOMES (2006), ressaltando sua vinculação ao projeto neoliberal, implementado nacionalmente durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, o

caráter falacioso da modernização propalada, o desmonte da máquina estadual, o endividamento público e a precariedade dos indicadores sociais e econômicos, deles resultante. Quanto a área educacional as análises de COUTINHO (2008) e JÚNIOR (2009) dão conta de seu viés de “desresponsabilização” do Estado quanto a educação pública, caracterizada pela expansão quantitativa do ensino fundamental, pelo abandono do ensino médio e pela baixa qualidade de ambos, comprovada por intermédios das altas taxas de abandono, repetência e reprovação. Assim identifica-se sua política educacional como desdobramento do projeto neoliberal de educação “subordinado” e “consentido” (FRIGOTTO&CIAVATTA, 2003), subordinado aos interesses do capital ciceroneados pelos organismos internacionais (SILVA, 2002; MELO, 2004).

O programa da coligação “O Maranhão não pode parar”, liderada por Roseana Sarney (PMDB), é denominado “Propostas de Diretrizes para o Plano de Governo 2011 a 2014”, está dividido em 14 partes: uma Introdução, seguida das propostas setoriais para Saúde; Educação; Cultura; Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego; Segurança; Infraestrutura, Transportes e Habitação; Esportes e Juventude; Desenvolvimento Social, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Agrário; Meio Ambiente; Turismo e Gestão Pública.

O título e a Introdução querem demarcar a retomada da hegemonia do grupo sarneista, bem como, caracterizar o período de ruptura no qual estava fora do poder, como um momento de paralisia e retrocesso para o Estado, momento este que seu retorno ao poder superou significativamente por intermédio da “reconstrução de uma gestão estadual moderna”, recuperação da “credibilidade do Estado perante grupos empresariais”, pois “retomado o equilíbrio das contas públicas e recuperada a capacidade de investimento do Estado” (SARNEY, 2010, p. 4).

De fato o objetivo é imputar aos outros a responsabilidade pelo que foi feito nos dois primeiros mandatos, utilizando-se do mesmo discurso da oposição (SOUSA, 2007), em sentido inverso, ou seja, os governos do período da ruptura (José Reinaldo Tavares e Jackson Lago) é que foram responsáveis pelo desmonte da máquina administrativa, o que comprovadamente é fruto seu (SOUSA, 2010).

Ao assumir a paternidade dos investimentos do capital nacional e internacional, articulados para o Maranhão durante o Governo Jackson Lago (2007-2009), como pode ser comprovado no planejamento estratégico governamental daquele governo (MARANHÃO, 2008), o programa de Roseana Sarney afirma que a “reformulação e

revisão das diretrizes de políticas públicas voltadas para a educação” é central em face das transformações que aqueles investimentos vão propiciar a economia estadual, ou seja, a política educacional deve estar sintonizada com as novas exigências advindas das transformações na periferia do capitalismo brasileiro, cujo destaque é a Refinaria Premium da Petrobrás.

As propostas para a área de educação são as seguintes (SARNEY, 2010, p. 5-7):

- Promover a educação como política de inclusão social não-discriminatória de formação para o exercício da cidadania e para o trabalho, valorizando a diversidade regional, sócio-cultural, étnica e de gênero;
- Implantar, nas redes públicas, em parceria com os municípios, programas e projetos voltados para a universalização do acesso ao ensino fundamental e fortalecimento da ação pedagógica;
- Estimular a ampliação da oferta de educação infantil nas redes municipais de ensino;
- Ampliar, em parceria com os municípios, os programas que objetivam a alfabetização de 100% dos alunos no primeiro ano do ensino fundamental;
- Apoiar as iniciativas dos municípios voltadas para a melhoria das instalações escolares;
- Desenvolver e implantar nas redes públicas estadual e municipais de ensino programas de aperfeiçoamento da gestão escolar;
- Promover a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis da educação básica;
- Desenvolver programas voltados para a educação no meio rural, levando em conta as potencialidades agrícolas e pesqueiras, observadas as peculiaridades geoeconômicas;
- Apoiar os municípios na oferta de transporte escolar;
- Implantar, na rede pública estadual de ensino, programas destinados à correção de fluxo, redução da evasão, abandono e repetência, bem como ao aumento do rendimento escolar, disponibilizando-os, também, aos municípios;
- Dar continuidade ao programa de ampliação, equipamento, reequipamento e recuperação da rede física escolar;
- Ampliar a oferta de vagas no ensino médio;
- Implantar “escolas em tempo integral” no ensino médio e educação profissional;
- Estimular e apoiar os municípios para a implantação de escolas “em tempo integral” na educação infantil e ensino fundamental;
- Incentivar a participação da família na escola;
- Implantar, em articulação com os municípios, programa de valorização e qualificação, garantindo a formação inicial dos professores das redes públicas municipais;
- Garantir aos gestores escolares, professores e especialistas do sistema estadual programa de remuneração que premie a formação continuada, a competência, o tempo de serviço, a graduação, a pós-graduação, a pesquisa, o mestrado e doutorado;
- Expandir a rede de centros de educação profissional, na cidade e no campo, em compatibilidade com as potencialidades econômicas do Estado e dos municípios, levando em conta as exigências do mercado de trabalho;

- Ampliar a rede de bibliotecas Farol da Educação
- Formalizar parceria com o Governo Federal e com os municípios em programas destinados à alfabetização de jovens e adultos;
- Aumentar a oferta de vagas escolares destinadas a pessoas com deficiência;
- Implantar e incentivar programas e projetos escolares voltados para o esporte, cultura, meio ambiente, cidadania e desenvolvimento econômico-social;
- Estabelecer articulação e parcerias com universidades públicas e privadas para o desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais.

A proposta de Roseana Sarney reafirma questões já consagradas tanto no âmbito macro (Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996) quanto micro (Constituição Estadual de 1989) no que tange a educação ser para a cidadania e para o trabalho. Além disso, suas propostas, majoritariamente, versam sobre o incentivo de ações nos e pelos municípios, sobretudo na educação infantil e no ensino fundamental sob a denominação de “programas e projetos” essas ações abrangem a ampliação da oferta de educação infantil, a universalização do ensino fundamental, a alfabetização dos alunos no 1º ano do ensino fundamental, a melhoria das instalações físicas, o transporte escolar, escolas de tempo integral e formação de professores.

Outro bloco das propostas se refere a ações que serão desenvolvidas tanto na rede estadual quanto nas redes municipais, dizem respeito ao aperfeiçoamento da gestão escolar, correção do fluxo, a redução da evasão, do abandono e da repetência. Um terceiro bloco diz respeito a propostas gerais, quais sejam: a qualidade do ensino em todos os níveis, a educação no meio rural e incentivar a participação da família na escola. Por último temos as proposições mais atinentes à responsabilidade direta do Governo Estadual², sendo: ampliação da oferta do ensino médio, implantação de “escolas em tempo integral” no ensino médio e na educação profissional e o desenvolvimento de programas de remuneração dos gestores, professores e especialistas da rede pública estadual de ensino.

Em lugar algum do programa de governo da candidata Roseana Sarney se explica como ele foi elaborado, diferentemente, por exemplo, dos programas dos candidatos da oposição (DINO, 2010; LAGO, 2010). Além disso, o programa não representa mudança na ênfase aos “grandes projetos” característicos dos modelos de desenvolvimento adotados até agora, portanto continua referido à manutenção da acumulação capitalista (BARBOSA, 2006).

3 DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS NO ESTADO DO MARANHÃO: pontos convergentes

O primeiro texto identificado em pesquisa bibliográfica que atendeu ao critério de refletir sobre os desafios atinentes a educação básica pública foi o de RAPOSO (2004), a época professora da Universidade Federal do Maranhão/Programa de Pós-graduação em Educação, atualmente aposentada. O texto foi desenvolvido como subsídio para o Programa de Melhoria do Ensino-PME do Governo Estadual em 2003, já sob comando do governador José Reinaldo Carneiro Tavares, no período de ruptura.

O trabalho foi elaborado com base nos indicadores oficiais, coletados e disponibilizados junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP do Ministério da Educação-MEC, analisando a expansão e o desempenho do sistema de ensino, são elencados oito desafios, apresentados na sequência: 1. Universalização do ensino fundamental, 2. Expansão do ensino médio, 3. Analfabetismo, 4. Desempenho do sistema (qualidade), 5. Desvalorização da profissão docente (formação), 6. Retomada do planejamento na escola, 7. Descaso com a aprendizagem da leitura e da escrita, 8. Gestão escolar e 9. Precariedade dos órgãos municipais de ensino (RAPOSO, 2004, p. 23).

O segundo texto foi elaborado por PALHANO (2008), professor aposentado da Universidade Federal do Maranhão/Departamento de Economia e a época Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, ligado a Secretaria de Estado do Planejamento, no Governo Jackson Lago. Atualmente o autor é dirigente de uma organização não-governamental denominada Escola de Formação de Governantes.

Este autor também se baseia nos dados do INEP/MEC, somados a sua experiência enquanto Secretário Municipal de Educação de Caxias nos anos 1990 como uma das lideranças da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME. Explicita o enfrentamento de quatro desafios prioritários: 1. Universalização do acesso ao ensino básico de qualidade (superando as dicotomias escolas estaduais x escolas municipais, ensino urbano x ensino rural, padrão da capital x padrão dos demais municípios), 2. Qualidade da gestão educacional, 3. Financiamento público para a educação (reduzir os gastos com folha de pessoal) e 4. Formação de professores. ensino (PALHANO, 2008, p. 12)

O terceiro texto é uma publicação conjunta reunindo as reflexões de OLIVEIRA (2008) e PFLUEGER (2008). O primeiro é o atual Reitor da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, nomeado inicialmente por José Reinaldo Carneiro Tavares em 2005, reeleito em 2010 e nomeado por Roseana Sarney. A segunda foi Chefe da Assessoria Especial do Governador durante o governo Jackson Lago e é professora aposentada da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

O diagnóstico dos dois converge, pois os textos foram produzidos no âmbito da Conferência Estadual de Educação (2007), vinculada a mobilização da Conferência Nacional de Educação e o debate sobre um Sistema Estadual de Educação, porém, diferentemente de RAPOSO (2004) e PALHANO (2008), não respaldam suas afirmações nos indicadores educacionais. Ambos apontam como desafios a serem superados: 1. Desarticulação dos sistemas educacionais (educação básica x ensino universitário; educação estadual x educação municipal), 2. Descontinuidade das políticas públicas, 3. Fragmentação das propostas e projetos pedagógicos; 4. Indefinição de uma política pública integrada de educação; 5. Formação de professores e 6. Alfabetização (OLIVEIRA, 2008, p. 9; PFLUEGER, 2008, p. 18).

O quarto texto foi produzido por COUTINHO (2010b), sendo o mais atual. Ela é professora da Universidade Federal do Maranhão/Programa de Pós-graduação em Educação e coordena o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA no Maranhão. Similarmente a RAPOSO (2004) e PALHANO (2008) se respalda nos indicadores educacionais para refletir sobre os problemas da educação no Estado, que, segundo ela, a despeito das “mudanças” no cenário político dos últimos 20 anos, continuam os mesmos, sobretudo: 1. Analfabetismo, 2. Distorção idade/série, 3. Reprovação e abandono e 4. Baixa qualidade da educação na zona rural, frutos da contradição entre uma educação entendida como mercadoria prevalecente sobre a educação para a formação humana.

Em face dos desafios até agora delineados podemos sistematizar os pontos convergentes, buscando uma síntese para embasar nossa análise comparativa, quais sejam:

- a) Universalização do acesso a educação básica
- b) Melhoria da qualidade do ensino
- c) Planejamento e gestão educacional e escolar no nível estadual e municipal
- d) Formação de professores
- e) Analfabetismo

Feito isso, passemos a comparação entre os desafios convergentes junto às propostas educacionais dos candidatos, alocados por indução-dedução, conforme o quadro:

DESAFIOS	PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO - ROSEANA SARNEY
Universalização do acesso a educação básica	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular a ampliação da oferta de educação infantil nas redes municipais de ensino; - Ampliar a oferta de vagas no ensino médio; - Implantar, nas redes públicas, em parceria com os municípios, programas e projetos voltados para a universalização do acesso ao ensino fundamental e fortalecimento da ação pedagógica; - Aumentar a oferta de vagas escolares destinadas a pessoas com deficiência. - Implantar “escolas em tempo integral” no ensino médio e educação profissional; - Estimular e apoiar os municípios para a implantação de escolas “em tempo integral” na educação infantil e ensino fundamental; - Expandir a rede de centros de educação profissional, na cidade e no campo, em compatibilidade com as potencialidades econômicas do Estado e dos municípios, levando em conta as exigências do mercado de trabalho;
Melhoria da qualidade do ensino	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar, na rede pública estadual de ensino, programas destinados à correção de fluxo, redução da evasão, abandono e repetência, bem como ao aumento do rendimento escolar, disponibilizando-os, também, aos municípios; - Promover a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis da educação básica.
Planejamento e gestão educacional e escolar no nível estadual e municipal	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e implantar nas redes públicas estadual e municipais de ensino programas de aperfeiçoamento da gestão escolar; - Incentivar a participação da família na escola; - Garantir aos gestores escolares, professores e especialistas do sistema estadual programa de remuneração que premie a formação continuada, a competência, o tempo de serviço, a graduação, a pós-graduação, a pesquisa, o mestrado e doutorado; - Apoiar as iniciativas dos municípios voltadas para a melhoria das instalações escolares; - Dar continuidade ao programa de ampliação, equipamento, reequipamento e recuperação da rede física escolar.
Formação de professores	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar, em articulação com os municípios, programa de valorização e qualificação, garantindo a formação inicial dos professores das redes públicas municipais; - Garantir aos gestores escolares, professores e especialistas do sistema estadual programa de remuneração que premie a formação continuada, a competência, o tempo de serviço, a graduação, a pós-graduação, a pesquisa, o mestrado e doutorado.
Analfabetismo	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar, em parceria com os municípios, os programas que objetivam a alfabetização de 100% dos alunos no primeiro ano do ensino fundamental; - Formalizar parceria com o Governo Federal e com os municípios em programas destinados à alfabetização de jovens e adultos.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS PROPOSTAS EM FACE DOS DESAFIOS CONVERGENTES

Uma análise comparativa permite observar, no que tange ao desafio da universalização da educação básica, a pouca sintonia da proposta de Roseana Sarney com o argumentado pelos autores, pois não considera todos os níveis e modalidades, bem como ignora que a universalização do ensino fundamental demanda consolidação (PALHANO, 2008, p. 11), e a necessidade de ampliação do ensino médio por consequência da expansão do ensino fundamental (RAPOSO, 2004). Some-se a isso que a educação profissional não está vinculada ao ensino médio, portanto se vislumbra a manutenção da dualidade estrutural no âmbito estadual (KUENZER, 2007).

Não obstante a proposta de Roseana Sarney trazer a ampliação da educação infantil³, isso não deve ser visto como algo excepcional, pois a tendência nos mandatos anteriores foi a “desresponsabilização” quanto a educação infantil, pactuada junto aos municípios.

A melhoria da qualidade do ensino é objeto de proposições muito genéricas, não existe explicitação do que se entende por qualidade (DOURADO, 2007), pois é possível intuir que sua visão se restringe aos indicadores educacionais, omitindo-se o “como” pretende alcançar a qualidade, bem como as dimensões extra-escolares e intra-escolares que lhe são intrínsecas. Além disso, a lógica da competição está demarcada na proposta quando objetiva aumentar o rendimento escolar.

Acresce-se que não se discute a problemática das dicotomias, isto é, as distâncias entre a educação das escolas municipais e a das escolas estaduais (PALHANO, 2008; OLIVEIRA, 2008, PFLUEGER, 2008) ou entre o ensino na zona urbana e o ensino na zona rural (PALHANO, 2008; COUTINHO, 2010b). O desafio da educação do campo é mencionado, apenas na perspectiva economicista pela candidata Roseana Sarney, quando se propõe a desenvolver programas para a “educação no meio rural” com o objetivo de vinculá-la ao mercado. No entanto, é sabido, que durante seus mandatos anteriores a educação do campo foi relegada (COUTINHO, 2008, p. 289).

Quanto ao planejamento e a gestão educacional e escolar, as propostas da candidata Roseana Sarney continuam genéricas e distantes das demandas dos profissionais da educação, explicitando certo viés conservador ao que parece ainda sintonizado com o projeto neoliberal e a lógica do capital. Dois pontos são ilustrativos

disso, o plano de carreira e remuneração dos educadores e o Plano Estadual de Educação.

Quanto ao primeiro a candidata acentua “programa de remuneração”, isto é, não se trata nem de plano nem de estatuto, este último é o termo empregado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão-SINPROESEMMA⁴ e parte da atual campanha de valorização dos trabalhadores na educação. Além disso, o aludido “programa de remuneração” abrange apenas os professores, os gestores e os especialistas da educação, deixando de fora os demais trabalhadores (vigias, merendeiras etc.), ao arripio das modificações recentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que ampliaram o conceito de profissionais da educação, o qual inclui os trabalhadores em educação.

Outro elemento ilustrativo diz respeito à proposição de um Plano Estadual de Educação, plano este previsto na Constituição Estadual de 1989, mas nunca cumprido por nenhum governo estadual desde então⁵. Ignora-se que já foi realizada a Conferência Estadual de Educação, cujos trabalhos ficaram pendentes, demandando-se a sistematização das propostas discutidas, nova rodada de debate em face do projeto de lei do Plano Nacional de Educação e posterior encaminhamento à Assembléia Legislativa. A candidata Roseana Sarney não menciona o Plano Estadual, praticamente desconhecendo todas as discussões travadas tanto em âmbito estadual quanto nacional sobre o tema, de fato existe certa incompatibilidade entre a perspectiva neoliberal e a idéia de planejamento educacional (VIEIRA&ALBUQUERQUE, 2001).

A formação de professores é abalizada enquanto apoio qualificação dos professores das redes municipais. A última Sinopse do Professor (2009) no INEP/MEC, ilustrativamente, indica que existem 757 professores com escolaridade de nível fundamental e 79.250 com escolaridade de nível médio atuando no Ensino Fundamental, além de 6.160 professores com escolaridade de nível médio atuando no Ensino Médio. Ao que parece se a candidata tivesse consultado esses dados teria se aproximado mais da demanda por formação de professores. Mais grave ainda é não considerar os programas de formação de professores em andamento desde meados dos anos 1990, tanto na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA como na Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

A candidata se propõe enfrentar o analfabetismo atuando por intermédio dos programas federais em parceria com os municípios. Cremos que aqui se pode evidenciar com clareza a descontinuidade das políticas educacionais (RAPOSO, 2004; OLIVEIRA,

2008; PFLUEGER, 2008), pois é sabido que estava em andamento o Plano Estadual de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, elaborado de forma participativa durante o Governo Jackson Lago, alinhando inúmeras outras iniciativas, de âmbito federal e municipal. A candidata não menciona esse plano. Estudos recentes⁶ atestam que apesar da melhoria desse indicador o Maranhão continua ocupando as piores posições, realidade que dificilmente mudará em face das limitações advindas pela descontinuidade da política educacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível chegarmos a alguns denominadores comuns. Inicialmente que as propostas para educação existentes no programa de governo evidenciam as prioridades estabelecidas pela candidata quanto a sua futura política educacional, tornando seus compromissos mais explícitos, os quais abordam, em sua maioria, os desafios considerados prioritários pelos especialistas.

Em face disso entende-se que a preocupação maior está em realizar ações por intermédios dos municípios no âmbito do ensino fundamental do que atender a crescente demanda por ensino médio, responsabilidade legal maior do Governo estadual. Some-se a isso o fato das propostas se aterem a afirmações genéricas, indicando assim descompromisso com o estabelecimento de metas ou objetivos mais especificados que possibilitariam maior controle social por parte da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais.

A educação no programa de governo está mais próxima da agenda do capital que da agenda dos trabalhadores na educação, afirma-se constantemente a vinculação às demandas do mercado potencializadas pelos novos “grandes projetos” em instalação no Estado, o que não representa qualquer ruptura com as formas de relacionamento até hoje existentes entre a oligarquia e o grande capital.

Por fim, nos é claro que a proposta da candidata Roseana Sarney, vitoriosa nas eleições de 2010, está aquém dos desafios apontados pela maioria dos especialistas, apesar de contemplamos nominalmente, o conteúdo de sua proposta está distante da problemática levantada no âmbito dos desafios identificados. Isso exige tomada de posição de todos nós educadores e educadoras, membros da sociedade civil, sobretudo mobilização, em prol de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade

socialmente referenciada, caso contrário poderemos ver a repetição do já ocorrido nos anos 1990 e meados dos anos 2000 com a política educacional estadual, como o atendimento de agendas definidas internacionalmente ao atropelo dos problemas específicos da realidade educacional maranhense.

NOTAS

¹ A Lei N.º 12.034, de 29 de dezembro de 2009, dentre outras mudanças no processo eleitoral, introduziu a obrigatoriedade dos postulantes dos cargos no Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito) apresentarem suas propostas de governo, estimulando a realização de eventos para sua discussão. No entanto, isso não implicou o estabelecimento de punição para o caso dos eleitos não cumprirem o proposto.

² Cf. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9.394/1996), Art. 10, inciso VI.

³ Cf. LOPES, Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo. **A política educacional e o direito à educação infantil em São Luís – Maranhão (1996-2006)**. São Paulo: 2008. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

⁴ Disponível em <http://www.sinproesemma.org.br/>.

⁵ Levantamento do Observatório da Educação, da ONG Ação Educativa atesta isso. Porém a alegação do atual governo (Roseana Sarney) é que não houve encaminhamento pela mudança de governo (cassação de Jackson Lago em 2009). Ora, essa determinação é constitucional e deveria ter sido cumprida há 22 anos!

⁶ Comunicados da Presidência do IPEA N.º 66 e N.º 70. Disponíveis em www.ipea.gov.br.

REFERÊNCIAS

AGUERRONDO, Ines. **El planeamiento educativo como instrumento de cambio: materiales para su re-conceptualización**. Buenos Aires: Troqvel, 1990.

BARBOSA, Zuelene Muniz. **Maranhão, Brasil: luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: Editora UEMA, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse do Professor 2009**.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **Políticas Educacionais e ONGs**. São Luís: Edefma, 2008.

_____. **A política educacional no Brasil entre 1964 e 2009: do autoritarismo triunfante à perspectiva de democratização e ao controle do mercado**. São Luís: PPGE/UFMA. Mimeo. 2010a.

_____. **Estado e Sociedade: a educação pública brasileira em questão**. IV Encontro de educadores do maranhão - Estado e sociedade: a educação pública brasileira em questão: programa e trabalhos completos/II Colóquio Internacional de Educação/I Seminário sobre Educação Infantil. São Luís: Edefma, 2010b.

DOURADO, Luiz Fernandes (coord.), OLIVEIRA, João Ferreira de, SANTOS, Catarina de Almeida. **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Brasília: Inep, 2007.

DINO, Flávio. **Programa de Governo PCdoB-PSB-PPS**. São Luís: Coligação “O Maranhão é de todos nós”, 2010.

FAORO, Raymundo. **A democracia traída: entrevistas**. São Paulo: Globo, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, 2003, vol.24, n.82, pp. 93-130

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GOMES, Ilse. Poder política e reforma do Estado no contexto do neoliberalismo: análise da reforma do aparelho do Estado no Maranhão nos anos 1990. **R. Pol. públ.**, São Luís, v. 10, n. 2, p. 45-59, jul./dez. 2006.

GUILHON, Dennise Andressa Rodrigues. **Reforma administrativa e cultura organizacional do setor público: modelo de reforma administrativa implantado no Estado do Maranhão (1995-1998) – um estudo de caso**. São Luís: PPGE/CP/UEMA, 2001.

JÚNIOR, Agripino Alves Luz. **“Viva Educação”, autonomia e emancipação? A falsa revolução via TV no Maranhão**. São Luís: Edefma, 2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

LAGO, Jackson. **Diretrizes para o Plano de Governo do Maranhão 2011-2014: democracia, prosperidade e desenvolvimento**. São Luís: Coligação “O Povo é Maior”, 2010.

MARANHÃO (Estado). **Constituição Estadual**, 1989.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Educação. **Relatório de Gestão 2007-2008**. São Luís: SEPLAN, 2009.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Planejamento Estratégico Governamental: Maranhão Democrático e Solidário**. São Luís: SEPLAN, 2008.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina - Brasil e Venezuela**. Maceió: EDUFAL, 2004.

OLIVEIRA, José Augusto Silva. **Os desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação: a inserção da UEMA no SIEPE**. São Luís: Uema, 2008.

PALHANO, Raimundo Nonato. **Cenário da Educação Básica maranhense 2008-2017**. São Luís: IMESC, 2008 (Cadernos IMESC, 2).

PFLUEGER, Thereza. **Os desafios do processo pedagógico na sociedade atual**. São Luís: Uema, 2008.

RAPOSO, Conceição. A educação maranhense no limiar no 3º milênio. **R. Pol. públ.**, v. 8, n. 1, p. 7-25, jan./jun. 2004.

REIS, Flávio. **Grupos Oligárquicos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: Unigraf, 2007.

SARNEY, Roseana. **Propostas de Diretrizes para o Plano de Governo 2011 a 2014**. São Luís: Coligação "O Maranhão não pode parar", 2010.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002.

SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira. O partido da cortiça afundou? Uma análise da vitória oposicionista no Governo do Maranhão. **Achegas.net**, v. 34, p. 63-71, 2007.

_____. A educação no planejamento público do Maranhão: aspirações, reivindicações e decisões dos últimos três anos (2007-2009). In: **XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, 2009**, Vitória-ES. Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação (24. : 2009 : Vitória) Direitos Humanos e Cidadania: desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação: programa e trabalhos completos. Niterói-RJ : ANPAE, 2009.

_____. Desafios ao desenvolvimento do Maranhão no âmbito do planejamento público recente (2007-2009). **Cadernos de Pesquisa** - Universidade Federal do Maranhão, v. 17, p. 65-76, 2010.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche, ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Política e planejamento educacional**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.